

DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL: PROBLEMA NATURAL, SOCIAL OU SOCIOAMBIENTAL?

Enchentes no Paraná e a questão sócio-ambiental

Lúcio Fellini Tazinaffo

Paulo Roberto da Costa Sartori

Acompanhamos no início do mês de março deste ano de 2011 as notícias sobre fortes chuvas que atingiram o litoral paranaense, provocando uma série de problemas para os seus moradores: enchentes, alagamentos, deslizamento de terra, perda de vidas humanas, destruição de bens materiais. Tais problemas suscitaram uma série de questões quanto às causas dessas enchentes, de como o governo tem procurado sanar esses problemas e se as causas realmente são puramente naturais, como a mídia procura demonstrar.

De acordo com dados da Defesa Civil divulgados pela mídia, oito municípios foram atingidos pelas fortes chuvas de março, num total de trinta e duas mil pessoas afetadas e quatro mortes. Duzentas e onze casas foram completamente destruídas e quatro mil residências foram danificadas pelas enchentes. As áreas mais afetadas foram as comunidades rurais, como a comunidade de Morro Alto, em Morretes, que ficou coberta de lama e destroços das casas que antes existiam e permaneceu isolada devido a destruição de pontes e estradas, ficando a mercê de helicópteros e caminhões que levassem donativos àquelas pessoas.

No ano de 2004 o governo do Paraná investiu cerca de 1 milhão de reais em obras de limpeza e desassoreamento dos rios para melhorar o escoamento das águas nas cidades de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Antonina e Morretes, com o objetivo de evitar enchentes e alagamentos no litoral paranaense¹. Nota-se que duas dessas cidades beneficiadas com essas obras, Morretes e Antonina, foram as mais prejudicadas pelas chuvas de março, mostrando que os problemas ocorridos não têm como principal causa o baixo escoamento das águas nesses locais.

¹ <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3472&tit=Municipios-do-Litoral-aprovam-trabalho-do-governo-para-evitar-enchentes>, acessado em 06/04/2011.

Quando os aparelhos midiáticos mostram as enchentes, apontam como causa única as mudanças climáticas, apresentando fortes chuvas no Paraná como fator raro e isolado, ocultando o fato de que enchentes semelhantes ocorreram em outros anos no Paraná e em outros estados do Brasil, e que até hoje não há soluções efetivas e preventivas eficientes por parte do governo. Além disso, a mídia dá destaque para o fato de que essas localidades atingidas são fortes pontos turísticos, colocando como fator mais prejudicado o turismo local e ignorando que os mais afetados são as pessoas, e não apenas a economia local, demonstrando assim uma grande falta de sensibilidade da mídia em relação às pessoas afetadas diretamente pelas enchentes.

Mas, se a causa desses problemas não se limita exclusivamente aos fatores naturais quais outras questões deveriam ser consideradas? Partir da ideia de que essas catástrofes decorrem das mudanças climáticas como fator externo à sociedade significa ignorar que o meio-ambiente e a sociedade relacionam-se entre si, ocultando a raiz dos problemas sociais e ambientais: o modo de produção dominante. Tanto o governo quanto a mídia vêm ocultando o fato de que o maior responsável pelos problemas sócio-ambientais é o modo de produção capitalista, que de um lado gera desigualdades sociais, pobreza e desemprego e de outro provoca a poluição do ar e da água, a erosão do solo e a transformação catastrófica das condições climáticas do planeta. Como apontam Max Horkheimer e Theodor Adorno no livro *Dialética do Esclarecimento* “o domínio sobre a natureza irracional, destrutivo e irrefletido, e um idêntico domínio do homem sobre o homem se condicionam reciprocamente”².

² KURZ, Robert. O desenvolvimento sustentável da natureza. In: **Folha de São Paulo**, 06/10/2002.

A Mídia: o destaque diferenciado

Alex Sanoto

Marcos da Silva de Oliveira

Vânia Inocêncio

Angra dos Reis está na lista de uma das regiões mais famosas do Estado do Rio de Janeiro, conhecida pela suas belas paisagens, praias e pousadas. Mas no primeiro dia do ano de 2010, acordou em um estado diferente, era um temporal que caía sobre a região. Grandes deslizamentos de terras ocorreram, causando mortes e destruição.

Não se assuste se esta breve explanação tem alguma aparência com as reportagens jornalísticas, mas o fato é que muitas das “notícias” que a mídia “oferece” às pessoas têm este formato, de desinformar ao invés de informar. Estes meios de comunicação produzem determinada compreensão da história recente, forjando interpretações e visões de mundo, pois eles não têm a preocupação de problematizar, contextualizar e refletir sobre os fatos.

Esses grandes deslizamentos de terras e chuvas se enquadram no que se costumou chamar de “desastres naturais” e são um prato cheio para a Grande Mídia, pois, afinal, se tratava de 30 pessoas que já haviam sido mortas e outras tantas que se encontravam desaparecidas. O que não foi esclarecido nesta introdução é que não se tratava de quaisquer pessoas. Entre meio a estas mortes estão sujeitos e famílias que pertenciam à classe média e alta da sociedade. Não que a vida destas pessoas não seja significativa, mas o que mais espanta é o enfoque dado pelos meios de comunicação a estes acontecimentos ocorridos no início daquele ano. Ao ligar o rádio, a televisão, ao ler o jornal ou acessar a internet, lá estava “Vítimas de deslizamentos em Angra dos Reis já chegam a 30”³. Neste sentido nos perguntamos o porquê de tanto destaque? Quais os reais interesses que envolvem tanta preocupação? Essas perguntas não podem ser refletidas e de alguma maneira respondidas sem citar o próximo exemplo.

Recentemente, em março deste ano de 2011, o Estado do Paraná também sofreu com os famosos “desastres naturais”. Cidades litorâneas como Antonina, Morretes, Guaratuba e Paranaguá foram as mais prejudicadas pelas fortes chuvas. E segundo o site Terra “no total, há 31 mil pessoas afetadas” e “as chuvas também causaram a interdição de rodovias estaduais e de duas rodovias federais, as BRs 277 e 376”. A mídia estava presente

³ Este foi o título de uma das reportagens que se encontra no site da Globo (G1) segue ao lado o link da página: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1432330-5606,00.html>

fazendo a cobertura dos fatos ocorridos, no entanto, o destaque se mostrou diferenciado ao dado aos deslizamentos ocorridos no Rio de Janeiro.

Muitas pessoas ficaram a par do acontecido no Paraná pelos jornais locais/regionais e/ou por familiares que foram atingidos, O que isto significa? Que o destaque é diferenciado e isso se faz presente no dia-a-dia da comunicação brasileira, seja até mesmo em notícias sobre esporte, política, e eleições. No entanto, não buscamos aqui apenas refletir sobre o destaque diferenciado dado a um Estado ou outro, - e esta certamente não é nossa atenção central – mas sim o significado atribuído a determinados grupos ou frações da sociedade.

Fazendo uma pesquisa simples na internet, podemos de cara perceber a atribuição de significado e importância que a Grande Mídia atribui a determinados grupos. Ao procurar por dados sobre os “deslizamentos em região litorânea do Paraná”, e “deslizamentos em Angra dos Reis”, podemos perceber essa enorme diferença. Enquanto a primeira tem aproximadamente 3400 resultados, a segunda tem 20 vezes mais, ou seja, aproximadamente 78000 resultados. Neste sentido nos questionamos, isso é apenas pelo fato do Paraná ter confirmado apenas duas mortes, enquanto o Rio de Janeiro confirmava trinta, ou terá outras questões por trás que a mídia não tem a preocupação de mostrar?

O fato é que nestes “desastres naturais” estamos lidando e falando de pessoas que a todo o momento estão sendo sufocadas, pressionadas e prejudicadas e muitas vezes responsabilizadas pelos meios de comunicação de maneira igual a outros sujeitos economicamente de níveis superior a elas. Se deixarmos a torneira ligada por cinco minutos, ou cortarmos uma árvore em risco de cair e que poderia destruir a nossa casa, somos fortemente criticados, pois somos acusados de prejudicar o meio ambiente e contribuir para os deslizamentos. Entretanto se o empresário precisa cortar 100 hectares de florestas para construir sua empresa e utiliza milhões de litros de água por dia para a produção na mesma, está trazendo o “progresso e o desenvolvimento”, tanto buscado pelo capitalismo.

Muitas vezes, ou melhor dizendo, quase sempre o que a mídia oferece como “importante e significativo”, para nós é representativo para um pequeno grupo da sociedade e isso certamente não corresponde com a realidade sentida e vivida pela grande massa da população.

Desastres naturais... São apenas naturais?

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Lucas Blank Fano

As fortes chuvas ocorridas no início de 2011 provocaram destruição e fizeram grande quantidade de vítimas na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. O fenômeno natural representado pelo elevado índice pluviométrico num curto intervalo de tempo (choveu em algumas horas mais do que o esperado para todo o mês) tem sido elencado nas explicações feitas por autoridades locais, pela mídia e mesmo pelo senso comum, para justificar as tragédias humanas. No entanto cabe questionar: as estruturas - ou será falta de infra-estrutura? - urbanas não seriam também fatores fundamentais no agravamento dos problemas sociais e ambientais gerados em grande parte do país todos os anos na época das chuvas?

O alto grau de consumo da sociedade contemporânea faz com que os produtos se tornem ultrapassados ou descartáveis muito rapidamente. A economia de mercado, portanto, produz demasiadamente, danificando o ambiente pela exploração irracional das nossas riquezas naturais, assim como pelo descarte prematuro de produtos ainda com utilidade, gerando grande produção de lixo. O mesmo processo de urbanização que não respeita as condições naturais adequadas para as construções, assim como a impermeabilização da superfície, provoca o assoreamento dos rios já poluídos em decorrência da falta de tratamento adequado dos dejetos industriais e residenciais despejados diretamente em suas águas.

A tecnologia disponível hoje permite saber com relativa precisão (mesmo que não de forma absoluta) quais lugares serão mais afetados por tempestades, deslizamentos, enchentes assim como as áreas mais sujeitas a terremotos e tsunamis. Por que no Brasil e em outras regiões pobres do planeta as ações de prevenção não tem ocorrido de forma eficiente? Quais são as áreas de risco nas diferentes regiões do Brasil? As pessoas estão sendo avisadas com antecedência? Ou, melhor, essas pessoas estão tendo auxílio suficiente por parte do Estado antes e depois dos desastres? Como já mencionado, a economia de mercado, atendendo ao consumismo desenfreado, baseada no lucro, influencia também na estrutura das cidades, no planejamento das mesmas. Processos naturais e sociais são diferentes, mas encontram-se de diversas formas associados. O quê explica a continuidade

dos desastres “naturais” em um mesmo local no Brasil? No presente artigo pretendemos fazer com que o leitor possa refletir sobre essas questões, tomando como base a seguinte afirmação: os desastres “naturais” não são tão naturais assim.

Muitos são os estragos provocados pelas chuvas e deslizamentos. O Brasil conta com registros deste tipo de problema desde 1541, quando São Vicente (a primeira povoação oficialmente criada na América Portuguesa) teve seu núcleo urbano destruído por tempestades e ressacas. O mar tragou a Casa do Conselho, a fortaleza e a igreja matriz, que eram edificadas sobre o solo arenoso. Nesse sentido, percebemos que os desastres causados pelo tempo “ruim” são velhos conhecidos dos brasileiros, e estiveram sempre presentes na nossa história.

Atualmente, sabemos que a nossa realidade não é diferente. Segundo o diretor de pesquisas da Escola Politécnica de Paris, na França, o Brasil é uma “civilização de risco”, e infelizmente sabemos que diante de acontecimentos nos quais nosso país passa todos os anos, seria inoportuno negar esta afirmação: “Para os que não reconhecem o Brasil como um país assolado por desastres naturais, eis alguns dados: entre 1999 e 2008 ocorreram pelo menos 49 grandes episódios de secas, inundações, deslizamentos de terra, totalizando pelo menos 5,2 milhões de pessoas atingidas, 1.168 óbitos (...) (EM-DAT, 2009)”.⁴

Em 16/01/2011, foi publicada uma reportagem no jornal “O Estado de São Paulo”, baseada em relatório oficial, no qual o governo brasileiro admitiu à ONU a precariedade dos órgãos nacionais para lidar com as catástrofes. Um outro documento é apresentado neste mesmo jornal, onde a secretária Nacional da Defesa Civil, Ivone Maria Valente, relatava para a ONU um “Raio X” da implementação de um plano nacional da redução do impacto de desastres naturais. Diante disso, percebemos que o segundo maior desastre ocorrido na história do Brasil, neste ano de 2011, ocasionando setecentas e duas mortes, não poderia ter sido evitado quanto às suas causas naturais, mas certamente poderia ter apresentado um número menor de pessoas atingidas, se tivessem sido realizadas ações preventivas necessárias nas áreas de risco em nosso país. É importante destacar que o governo brasileiro se comprometeu com as Nações Unidas em elaborar um plano de defesa prévia das populações na iminência de uma catástrofe ambiental no ano de 2005. Logo após a tragédia no mês de janeiro desse ano, quando chegava a seiscentos e sessenta e cinco o número de mortos na região serrana do Rio de Janeiro, o governo federal anunciou

⁴ <http://www.ecodebate.com.br/2009/05/20/no-brasil-nao-ha-gestao-de-risco-artigo-de-lutiane-almeida/>

que teria início a criação de um Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais no País. Caro leitor, diante disso, não podemos deixar que se cale a seguinte pergunta: foram seis anos em vão desde o compromisso assumido com a ONU?

Dos 5.565 municípios, somente 426 possuem o órgão da Defesa Civil. O que será que estão esperando que aconteça para a implantação da Defesa Civil nos demais municípios? Cerca de cinco milhões de brasileiros moram em locais de risco. O que mais será preciso acontecer para que essas pessoas possam morar em locais seguros? Não podemos nos esquecer de mencionar a tragédia em Caraguatatuba (norte de São Paulo), no ano de 1967, quando 785 pessoas morreram e a cidade foi praticamente destruída.

Não queremos estabelecer verdades absolutas e nem respostas prontas. Deixamos em aberto para o leitor, que após ter lido esse artigo, possa refletir sobre o que tem acontecido em nosso país. Precisamos exigir de nossos representantes que tomem providências, e que passem a entender que a solução não é remediar os danos que os desastres naturais provocam, mas tomar certas medidas de prevenção. Assim, muitos destes desastres naturais/sociais poderiam ser evitados e muitas vidas e sofrimentos poupados.

Capitalismo e Desastres Naturais: a “reconstrução” da desigualdade.

Guilherme Dotti Grando

Luana Milani Pradela

As catástrofes relacionadas a fenômenos da natureza têm frequentemente aparecido nas capas e manchetes de revistas e jornais, de circulação local e nacional. Podemos citar, por exemplo, o furacão Katrina que atingiu a cidade estadunidense de Nova Orleans em 2005, que matou cerca de 1500 pessoas e deixou outras milhares desabrigadas; os terremotos no Haiti no início de 2010, que assolaram completamente o país; as enchentes e deslizamentos gerados pelas fortes chuvas em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, além de outros com igual ou maior nível de destruição.

As populações mais pobres, que moram em morros, subúrbios e periferias das cidades são atingidas diretamente por essas catástrofes. A falta de infra-estrutura nestes locais mostra um lado contraditório do “desenvolvimento econômico” capitalista. O processo histórico de crescimento dos grandes centros urbanos, impulsionados pela industrialização, trouxe consigo famílias inteiras que, expulsas do campo, construíam suas casas em regiões mais afastadas do centro da cidade. Os grandes Shoppings e os outdoors de marcas renomadas nas grandes avenidas dos centros urbanos contrastam com as vielas dos morros, os casebres de pau-a-pique, as ruas mal asfaltadas, a falta de iluminação pública, de água e saneamento básico nos bairros operários pobres. Cidades enormes que carregam contradições e desigualdades sociais de proporções igualmente grandes. A destruição causada por chuvas, terremotos, furacões e tsunamis acabam por deixar visíveis as desigualdades sociais.

O que acontece, no entanto, é que após essas regiões pobres serem destruídas e milhares de indivíduos ficarem sem suas casas, há um intenso aproveitamento econômico por parte de empresas que se “oferecem” para reconstruírem o local e as moradias, como ocorreu em Porto Príncipe, capital haitiana e a cidade que mais sofreu com os terremotos de 2010, oportunidade perfeita para as empreiteiras americanas que imediatamente se disponibilizaram ao trabalho. Quando não, as áreas acidentadas são utilizadas para a construção de novos pontos de interesses capitalistas. Ou seja, além de ficarem sem casa, os desventurados ainda ficam sem terreno.

A capital haitiana não é um caso isolado. O atual desastre que arrasou o litoral

japonês arrancou subitamente os pobres pescadores e pequenos proprietários que ali viviam com suas famílias, deixando-os sem casas e com seu território destruído. Tais acontecimentos despertaram o interesse para a construção de resorts, parques temáticos, entre outros centros turísticos no local. O furacão Katrina, outro exemplo, também afastou milhares de pessoas de seus terrenos após o ocorrido, tornando-os áreas de replanejamento para a construção de bairros de classe média de acordo com os interesses do capital imobiliário. Da destruição causada por tsunamis e furacões “surge” uma grande “oportunidade” para o desenvolvimento das grandes companhias hoteleiras, construtoras imobiliárias e outros ramos especuladores.

Ainda nesse campo, outras empresas que lucram com as catástrofes naturais, são as seguradoras, ou melhor dizendo “resseguradoras”, que após acontecerem os desastres, propõem os mais variados tipos de negócios caso venham a ocorrer novamente. A Munich Re, a maior multinacional de resseguro, seis meses após a tragédia no Haiti cresceu cerca de 25%. É um momento traumático muito bem aproveitado por políticos e empresários e estimulantes oportunidades de mercado, como declarou a jornalista canadense Naomi Klein no Blog do Ambientalista⁵. As catástrofes naturais, assim como as guerras, tornaram-se meios que possibilitam as empresas de grande capital expandir-se na busca de “novas” áreas de exploração.

No caso do Brasil, podemos afirmar que os desastres naturais, que afligem frontalmente a população pobre, arrasam as cidades que sofreram e continuam a sofrer com o processo de ocupação irregular – uma ocupação que é diretamente relacionada com o desenvolvimento das relações capitalistas. As populações pobres ficam a margem de noções como “desenvolvimento” e “reconstrução”, uma vez que o desenvolvimento proposto ou a reconstrução planejada das cidades atingidas pelos desastres naturais não são pensados para e com os trabalhadores que moram nos bairros operários. Pelo contrário, o “desenvolvimento” é sempre aquele que privilegia as grandes empresas em evidência nos outdoors das grandes avenidas.

⁵ <http://blogdoambientalismo.com/a-doutrina-do-choque-%E2%80%93-introducao-%E2%80%93-parte-1/>, acessado em 26/04/11.

A proliferação de doenças entre a população atingida por desastres ambientais

Elionay Rodrigues Marques

Fabíola Waiss Farherr

Nos primeiros meses deste ano nos deparamos com uma série de reportagens sobre as chuvas de verão e todas as suas consequências. As catástrofes não se limitaram às mortes por afogamento, soterramento, contaminação da água e alimentos como foram veiculadas pela imprensa. O que a mídia pouco noticiou foram as doenças que se proliferaram com o aumento das chuvas. Neste sentido, propomos aqui uma discussão sobre as doenças pós-desastres, enfatizando a relação entre “alterações climáticas” e desigualdade social, uma vez que são as populações mais carentes e sem acesso a saúde que padecem ou sucumbem com a proliferação destas doenças.

Mesmo depois de cessar a chuva ainda resta uma grande umidade no ambiente e locais com acúmulo de água contaminada e destroços, nos quais muitos mosquitos habitam e se proliferam. A população atingida pelas catástrofes, além de todos os problemas que enfrentaram, tem que lutar contra epidemias como a dengue, a leptospirose, a cólera, diarreias entre outros males que os assolam.

As áreas afetadas são geralmente muito amplas, dificultando o controle e eliminação desses agentes transmissores de doenças “pós-chuvas”. Devemos nos atentar para a epidemia de dengue, que ocorre em todo o Brasil há alguns anos.

Há ainda a temida leptospirose, causada pela urina de ratos que se misturam a lama, e posteriormente a uma inundação, misturam-se à água. Os sintomas da leptospirose são febre alta, dor muscular, dor de cabeça e em casos mais graves uma forte icterícia (cor amarelada em mucosas e pele), problemas renais, alterações imunológicas e hemorragias, podendo levar à morte.

Essas doenças podem não ser tratadas devidamente, levando em conta a sobrecarga do sistema de saúde, que é insuficiente diante dos últimos desastres naturais que atingiram as populações em várias regiões do país. Os hospitais vinculados à Rede de Saúde Pública não tem equipamentos e leitos necessários para atender tanta gente, por insuficiência de investimentos governamentais.

É perceptível a falta de uma política preventiva diante das mazelas sociais geradas por tantos desastres. Claro que as chuvas de verão são inevitáveis, mas um controle nesses

lugares afetados pode muito bem ser efetuado pela Defesa Civil. Um melhoramento na rede de saúde como já citado acima, a desapropriação de casas em locais de risco, entre outras práticas que só podem ser feitas pelo governo, diminuiria bruscamente o número de óbitos causados por enchentes e doenças que se proliferam depois dela.

Além das enchentes que já causaram tanta devastação, outra catástrofe ambiental que também trouxe muitas repercussões foram os terremotos no Haiti. O país já combalido não consegue controlar a proliferação de doenças como tétano, tuberculose, leptospirose, cólera e até mesmo doenças que podem ser transmitidas pelo sangue, visto que ainda restaram muitos feridos aglomerados em abrigos provisórios.

Esse problema de aglomerações não afetou apenas os desabrigados do Haiti, mas também os brasileiros que sofreram com as enchentes, tendo a necessidade de se deslocar das suas antigas moradias que foram destruídas ou que foram interditadas pela segurança pública, encontrando-se aí um ambiente propício para um vírus se alastrar.

O problema se agrava também quando serpentes, aranhas e escorpiões buscam locais secos para se abrigar e acabam invadindo as casas dos moradores que ali ainda vivem ou até mesmo alojamentos, tendo estes o objetivo de propiciar um local seco para a população, não para estas outras “pragas”.

As caixas d’água atingidas por essas chuvas podem ser contaminadas, causando ainda mais doenças na população, como diarreia, febre tifoide e hepatite A, tudo por um simples contato com essa água.

Concluindo, os problemas de uma catástrofe ambiental não se limitam ao momento em que ela acontece, mas provoca ainda muitos danos, principalmente doenças, ao atingir as pessoas que sobreviveram àquela situação.

Mídia e o capitalismo do desastre

Edson dos Santos Dias

Maria José Castelano

A imprensa no Brasil tem um campo pródigo e sempre farto quanto a determinadas notícias que são temas recorrentes e, ano após ano, entram nas pautas dos jornalistas. É o caso da violência urbana, dos escândalos políticos, da agressão ao ambiente e das tragédias decorrentes de fenômenos naturais que causam a perda de bens materiais e vidas, como as enchentes e deslizamentos de terras, esses últimos tão comuns no período de chuvas que já entraram para o calendário das tragédias esperadas.

O que causa indignação é a naturalidade (no sentido de resignação) com que as pessoas encaram essas tragédias anuais que cobram um alto preço em termos financeiros e, principalmente, de vidas perdidas e de vidas despedaçadas daqueles que sobrevivem. Associada a essa naturalidade (foi a “vontade de Deus” ou foi um infortúnio), temos a naturalização dessas tragédias como fenômenos exclusivamente naturais, não explicitando as contradições sociais que possuem alguma influência, mesmo que de forma indireta, nas causas do fenômeno de resultados trágicos, assim como relação sobre as condições de vida das pessoas atingidas, no momento em que ocorre o problema, e mesmo na reconstrução de suas vidas após o acontecido.

Essa dupla indução ao erro de análise - a naturalidade e a naturalização - torna-se fonte de justificativas para o ocorrido tanto para pessoas diretamente atingidas pela tragédia, quanto para os representantes do Estado responsáveis por evitar ou, ao menos, diminuir os riscos provenientes de tais catástrofes. Os primeiros, protagonistas e vítimas de uma situação inusitada que transforma de maneira rápida e radical o seu cotidiano, tem sua resignação alimentada pelo choque e pela fragilidade de sua condição, o que dificulta mesmo a organização para a construção de uma pauta de reivindicações. No caso dos representantes do Estado, predomina a dispersão de responsabilidades pelas autoridades públicas, associada a tomada de ações de forma desarticulada, demonstrando despreparo para situações de tragédias que atingem grande número de pessoas e área.

Definitivamente, é notório que a prevenção às tragédias como aquela que assolou a região serrana do Rio de Janeiro, nesse ano de 2011, não é prioridade nas ações concretas das diversas esferas de governo, apesar de sempre constar como prioritária enquanto

discurso. Isso fica evidenciado pela falta de estrutura dos órgãos de Defesa Civil, pela falta de mapeamento das áreas de risco por deslizamentos ou enchentes, pela inoperância do sistema de saúde em momentos críticos que resultam na necessidade de atendimentos acima do esperado, sobrecarregando um sistema que já é deficiente em situações de “normalidade” pública, entre outras...

A falta de um programa articulado de prevenção nas diversas escalas espaciais (nacional, regional, municipal) adquire contornos dramáticos quando se constata a timidez de investimentos em ciência e tecnologia para implementar um sistema de alarme eficiente e adaptado às condições locais, o qual, na impossibilidade de evitar os deslizamentos ou enchentes, pode ao menos dar oportunidade para as pessoas salvarem as suas vidas, antes que o pior venha a acontecer.

Embora saia mais caro construir novas casas, às vezes bairros inteiros, para os desabrigados e reconstruir a infra-estrutura urbana atingida (como ruas, escolas, comércio, etc.) por fenômenos como deslizamento ou enchentes, a tendência é preferir reagir ao acontecido a prevenir os males. Até porque, quando situações de repercussão catastrófica ocorrem, tornam-se visíveis; quando são prevenidas, nunca se sabe delas. A prevenção destas situações por suas causas não são notícias.

Junto às ações de prevenção ou minimização dos riscos mencionados anteriormente, algo importante são as políticas públicas e sociais de ocupação e organização dos espaços urbano e rural. No caso dos grandes centros urbanos é clássica a análise sobre o processo desastroso da ocupação de áreas inapropriadas para a fixação de residências, em especial pelos mais pobres. Os grupos sociais abastados ou de classe média têm condições de garantir maior segurança quanto ao seu local de moradia - podem morar no “asfalto” -, restando aos marginalizados socialmente a ocupação dos morros, de antigos lixões, das margens de rios, dos mangues.

O Brasil passou por um processo de urbanização de sua população que ocorreu de forma rápida e intensa. Em poucas décadas as cidades brasileiras, especialmente as regiões metropolitanas, adquiriram uma condição de inchaço, com crescimento desordenado e espacialmente irracional. Como o Estado se omitia em oferecer moradias em áreas seguras aos pobres, estes se viam obrigados a resolver a questão de forma individual e, por falta de opção, vão ocupar as áreas mais sujeitas a algum tipo de risco ambiental. Muitos grupos políticos, das mais diversas orientações ideológicas, mesmo sabendo que a construção de residências em determinados locais oferecia perigo aos moradores, no curto ou no longo

prazo, estimulavam esse tipo de ocupação, buscando mesmo a regularização ou a oferta de serviços públicos para a “comunidade”, considerando os ganhos político-eleitorais que renderiam.

Assim, temos um círculo vicioso envolvendo pobreza, esperteza e omissão que perdura por décadas, mas que a cada ano cobra em vidas as suas consequências em termos de ações ambientalmente e socialmente desastrosas.

Para finalizar, gostaríamos de apresentar alguns dados que demonstram como esses desastres ambientais são recorrentes em nosso país ⁶:

- 1 – Março de 1967, em Caraguatatuba (SP), um deslizamento de grandes proporções destruiu centenas de casas e deixou aproximadamente 400 mortos;
- 2 – Fevereiro de 1988, em Petrópolis (RJ), 134 pessoas morreram soterradas por deslizamentos, desabamentos ou levadas pelas águas;
- 3 – Dezembro de 2001, dias seguidos de temporais, enchentes e deslizamentos, tudo aliado à ocupação irregular de encostas no Estado do Rio de Janeiro deixaram 60 mortos e cerca de 2 mil desabrigados;
- 4- Novembro de 2008, o Estado de Santa Catarina foi assolado por chuvas intensas e deslizamentos que deixaram 137 mortos e afetou mais de 1,5 milhões de pessoas;
- 5 – Abril de 2010, as chuvas que atingiram o Rio de Janeiro provocaram 316 mortes – só em Niterói, foram 168 mortos, quase a metade em consequência do deslizamento de uma área residencial construída sobre um antigo lixão e encosta;
- 6 – Janeiro de 2011, grande quantidade de chuvas concentrada num curto intervalo de tempo, associado a localização de moradias em locais inapropriados resultou na morte de mais de 600 pessoas na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, especialmente atingindo os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

É preciso destacar que os casos apresentados constituem-se numa amostra de um problema crônico que se repete, com maior ou menor gravidade, todos os anos, em diferentes pontos do país e que nada indica que não voltarão a ocorrer. Mais importante ainda é levar o leitor a refletir para além dos números frios de mortos e desabrigados, e sensibilizá-lo que por trás de cada caso temos tragédias individuais e familiares. A somatória de todos os números trágicos não revela os dramas pessoais dos sobreviventes que têm suas vidas alteradas para sempre, mesmo que a mídia já tenha abandonado o foco de atenção dessa tragédia em busca de outra mais recente.

⁶ O Estado de S. Paulo. Catástrofe no Rio. Caderno Cidades, 13/01/2011.

Referências Bibliográficas:

LEMOS, Amalia T. G.; ROSS, Jurandyr L. S.; LUCHIARI, Silten (Orgs.). América latina: sociedade e meio ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KURZ, Robert. O desenvolvimento sustentável da natureza. In: Folha de São Paulo, 06/10/2002.

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/08/17/ult1809u8908.jhtm>

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3472&tit=Municipios-do-Litoral-aprovam-trabalho-do-governo-para-evitar-enchentes>

<http://g1.globo.com/parana/noticia/2011/03/comercio-do-litoral-do-parana-volta-receber-turistas.html> <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1463137-7823-A+VIDA+COMECA+A+VOLTAR+AO+NORMAL+EM+MORRETES+E+EM+ANTONINA,00.html>

<http://g1.globo.com/parana/noticia/2011/03/veja-fotos-em-360-de-antonina.html>

<http://gmfozdoiguacu.wordpress.com/2011/04/01/defesan-civil-ajuda-ao-litoral-pr/>

<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4987785-EI8139,00-Bombeiros+confirmam+duas+mortes+por+deslizamentos+no+PR.html>

<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1432330-5606,00.html>